

AEROPORTO DE LISBOA

ANA VAI INSONORIZAR CASAS PARA PROTEGER MILHARES DE PESSOAS DO RUÍDO DOS AVIOES

À terceira foi de vez. Depois de dois chumbos, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) aprovou finalmente há uma semana a última versão do Plano de Ação do Ruído 2018-2023 do Aeroporto Humberto Delgado, elaborada pela ANA Aeroportos/Vinci. O novo plano vai entrar em vigor quase três anos depois do previsto e inclui obras de insonorização num número ainda por determinar de edifícios afetados pelo ruído noturno dos aviões, nas suas rotas de aterragem e decolagem entre Campo de Ourique, em Lisboa, e o Bairro das Maroitas, em Loures.

Estima-se que debaixo deste "cone" de impacto sonoro morem pelo menos 57 mil pessoas. Contudo, nem todas serão contempladas com obras de isolamento acústico nas suas casas. O Plano de Ação prevê que as intervenções sejam faseadas e só abrangem edifícios sensíveis (como escolas ou hospitais) ou casas ou apartamentos habitacionais construídos antes de 2002 ou cujo isolamento sonoro seja deficitário.

Até dezembro próximo, a ANA/Vinci tem de apresentar a "lista do edificado elegível", que é afetado por níveis de ruído noturno superior a 65 decibéis (dB). E até lá tem de definir como vai financiar as obras desta primeira leva, que terão início em janeiro de 2021, ou seja, se paga diretamente aos proprietários antes ou depois da obra ou se segue outra estratégia em articulação com a Câmara de Lisboa. Estima-se que este eixo mais ruidoso afete hospitais como o Júlio de Matos e escolas e universidades, assim como cerca de 800 habitantes, de acordo com dados da ANA e da APA de 2016 e não atualizados.

O limite de tolerância do ouvido humano à poluição sonora são 65 decibéis (dB) e este é o limite legal tolerável durante o dia, de acordo com a lei do ruído. Já durante a noite, o limite são 55 dB em geral e 45 dB para edifícios sensíveis como hospitais ou escolas. Porém, os perto de 57 mil residentes de Lisboa e Loures que são afetados pelo ruído noturno acima de 55 dB só vão ter o isolamento das suas casas pago pela ANA/Vinci a partir de março de 2023, de acordo com o Plano de Isolamento Acústico. Antes disso, a partir de janeiro de 2022, serão intervenções nas habitações dos cerca de 12 mil residentes que sofrem com ruído noturno de 60-65 decibéis.

O reforço da proteção acústica de quartos e salas vai implicar a colocação de vidros duplos que garantam eficiência acústica e classe energética igual ou superior a A+, bem como a colocação de caixas de estores que permitam que dentro de casa o ruído audível seja inferior a 50 dB, de acordo com requisitos da APA.

Segundo a ANA, "o programa de isolamento acústico encontra-se em fase de preparação e regulamentação, para ver como será feita a comparticipação económica dos proprietários e a intervenção técnica". Para já, nada é revelado sobre valores previstos para as intervenções, apenas é dito que a empresa "está a pensar criar um fundo, assente no princípio do poluidor-pagador, que deverá contar com uma

taxa extra cobrada às companhias aéreas pelos seus impactos ambientais". A dotação inicial será colocada pela ANA e terá um conselho consultivo que inclui autarquias e outras entidades.

De acordo com a APA, com base em dados de 2016, o campo de sobrevoos das aeronaves ao longo das rotas de decolagem e aterragem alargou 1,7 quilómetros para sul entre 2011 e 2016, abrangendo parte de Campo de Ourique até ao cemitério dos Prazeres; e 2,6 quilómetros para norte, até ao Bairro das Maroitas, em Loures, numa área que se estende por 13 quilómetros quadrados. Com as obras de ampliação do aeroporto da Portela (que vê sua vida prolongada até 2062) e o aumento do número de voos até ao início de 2020, esta área terá aumentado.

Previa-se que em 2020 crescesse em 26% o número de aviões por hora a aterrar ou decolar da capital, o que não se concretizou por causa da covid-19. A pandemia inverteu temporariamente a tendência de crescimento e "este período deve ser aproveitado para operacionalizar o plano de ação do ruído e avançar com as obras de insonorização antes de o número de voos sobre Lisboa aumentar", diz fonte da APA.

O progresso do Plano de Ação será acompanhado pela autoridade ambiental semestralmente a uma concessionária

57 mil pessoas sofrem com o ruído entre Campo de Ourique e o Bairro das Maroitas

tem de apresentar anualmente relatórios que permitam "a avaliação da população beneficiária". Outra das imposições da APA é a criação de um *site* na internet onde a ANA disponibilize ao público em tempo real a identificação dos movimentos dos aviões no período noturno, assim como "a classificação sonora das aeronaves e motivos associados aos casos de força maior".

Em causa estão sobretudo os aviões que aterram ou decolam entre as zero e as seis horas da manhã. Só neste período estão autorizados 91 movimentos por semana, com um limite máximo de 26 por noite, o que foi muitas vezes ultrapassado, como constatou a Associação Zero numa ação de monitorização feita em julho de 2019. O sonómetro montado no Campo Grande nessa semana registou um valor médio de 66,5 dB, ou seja, 11 dB acima dos 55 dB permitidos por lei durante o período noturno, e mais voos do que os permitidos.

Os ambientalistas apelam à "interdição total dos voos entre a meia-noite e as 6h" no aeroporto de Lisboa. Numa audiência no Parlamento já este verão, o presidente da APA, Nuno Lacasta, não foi tão longe, mas deu a entender que o período de restrições de voos noturnos devia ser alargado para "entre as 23h e as 7h da manhã".

O excesso de barulho provoca perturbações de sono, problemas cardíacos e neurológicos e afeta a produtividade laboral ou escolar.

CARLA TOMÁS
ctomas@expresso.imprensa.pt

AMBIENTE

Mina junto à fronteira ameaça solos e espécies protegidas

Governo português aguarda resposta de Espanha sobre o impacto ambiental de uma mina de volfrâmio e estanho a 5 km de Bragança



Mina de Calabor terá impactos nos rios, solo e água



Texto ISABEL PAULO
Fotos FERNANDO VELUDO/
/NFACTOS

Sempre que chega à aldeia de Aveleda para passar o fim de semana, Fábio não resiste a espreitar o caudal do rio Pequim, manso e baixo no verão, propenso a cheias no inverno, desde que o desabamento das escombrelas da antiga mina de estanho de Portelo, desativada na década de 90, assoreou a também chamada ribeira de Aveleda. Aos 13 anos, a frequentar o 8º ano em Bragança, onde reside durante a semana, Fábio anda apreensivo. Já habituado a ver mais areia do que água no rio onde outrora o bisavô Dinis pescava trutas, escalos e bogas, "cada vez mais raras", agora tem uma nova preocupação: a reativação, quase 30 anos depois, da mina de volfrâmio e estanho de Calabor, em Pedralba de la Pradaria, do outro lado da fronteira. "É uma mina muito grande, que vai ser um veneno para quem vive aqui. O meu bisavô está superfrustrado, pois há alturas em que já se anda no rio de sapatilhas sem molhar os pés", conta Fábio. E questiona: "Onde irão os Canadair buscar água se houver incêndios?"

A causa da inquietação do filho de Marta Lima, representante da Junta de Freguesia de Aveleda, é a anunciada exploração mineira a céu aberto, da empresa espanhola Valtraxal, que detém licença para operar até 2039, apesar de o empreendimento estar localizado na área protegida da Rede Natura 2000. O projeto, ainda em avaliação pelo Governo espanhol, divide os autarcas do lado de lá da raia, apesar da contestação

acesa das associações ambientalistas de Portugal e da província de Zamora.

Entre os detratores da mina de Calabor conta-se Hernâni Dias, presidente da Câmara de Bragança. Teme que a mina venha a causar novos assoreamentos provocados pelo transporte de inertes nas linhas de água da região, como a do Pepim ou do rio de Onor, que cruza a aldeia comunitária com o mesmo nome. O autarca adverte que a exploração confina com o Parque Natural de Montesinho, reserva ambiental que "é a principal atração local dos amantes do turismo de natureza". Em

Toupeira-de-água, água-real, lobo-ibérico e urso-pardo são algumas das espécies mais vulneráveis à ação mineira

tempos de pandemia, diz que o turismo rural registou uma procura "nunca vista" nos territórios do interior, considerando destinos mais seguros. "No meio desta crise, foi uma alavanca económica para as casas de turismo rural e hotéis aqui da cidade, com lotação quase esgotada no verão", refere Hernâni Dias, recendo ver "a oportunidade perdida se a mina avançar". Sem orientações do Ministério do Ambiente sobre a posição a assumir pelo município, o autarca garante ter feito o legalmente possível: "Demos parecer negativo ao projeto no período de consulta pública, em agosto, e alertámos para que o mesmo deve ser revisto."

Mário Gomes, líder da União de Freguesias de Aveleda/Rio de Onor, partilha a angústia, acrescentando que o rio Igrejas, em Varge, é outro dos cursos em risco. Não poupa, por isso, nas críticas à avaliação de impacto ambiental das autoridades espanholas, "omissa quanto às sequelas na paisagem, complacente quanto à minimização dos riscos sonoros devido à utilização de explosivos", pouca clara quanto aos malefícios na fauna e na flora. "Estes já são territórios de baixa densidade populacional, e não tenho dúvidas de que os efeitos da mina na agricultura, por força da contaminação dos solos, irão levar a um êxodo maior, afastar os turistas e o retorno dos emigrantes."

Do lado espanhol, as opiniões dividem-se: o alcaide de Puelba de Sanabria reprovou o projeto, mas o de Pedralba já mostrou disponibilidade para viabilizar a operação, que irá criar 600 postos de trabalhos diretos e indiretos.

APA 'esconde' dúvidas

Há um mês, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) colocou um conjunto de questões à tutela espanhola, ainda sem resposta. Ao Expresso, o presidente da APA, Nuno Lacasta, não revela, contudo, que "dúvidas" foram suscitadas, resumindo tratar-se de informação de "aspectos não detalhados no estudo prévio", pois consulta à CCDR-N, Direção-Geral de Energia e Geologia, Instituto de Conservação da Natureza e Laboratório Nacional de Energia e Geologia. Lacasta frisa

que Portugal não pode decidir sobre a exploração de minas noutro país, mas "apenas dar parecer negativo se os impactos forem preocupantes". A pronúncia final será dada após os esclarecimentos adicionais do Estado espanhol.

As conclusões das associações ambientalistas Rionor, Quercus, Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens (FAPAS) e Palombar — Conservação da Natureza e do Património Rural são demolidoras, desde logo por a mina de Valtraxal estar localizada em território da Rede Natura 2000 e da Zona Especial de Conservação da Sierra de la Culebra.

João Branco, da Quercus, alerta para que, tratando-se de uma exploração a céu aberto de materiais pesados, é impossível conter a contaminação do ar e dos solos, ameaçando a saúde pública e espécies em risco de extinção, como a toupeira-de-água, a água-real, o lobo-ibérico, "com impacto direto na alcaide de Montesinho" e o urso-pardo. Na flora, o ambientalista aponta o perigo de deterioração de oito *habitats*, como os bosques de *castanea sativa* ou os carvalhos galego-portugueses.

José Pereira, da Palombar, e Nuno Oliveira, da FAPAS, destacam ainda a afetação de massas de água na Bacia Hidrográfica do Douro. Contra a mina estão também os Ecologistas em Acción, de Zamora, que exigem que a Junta de Castilla y León cumpra as diretivas europeias para acatular a destruição de 250 hectares da Rede Natura 2000.

ipaulo@expresso.imprensa.pt